



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0010801-77.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Carmen Lucia Casale**
 Requerido: **Joel de Souza Camargo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Eduardo Montes Netto**

Vistos.

Trata-se de **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO** ajuizada por **CARMEN LÚCIA CASALE** contra **JOEL DE SOUZA CAMARGO**, na qual requer, em razão do contrato de prestação de serviços de mão de obra firmado entre as partes para a construção de um imóvel residencial, localizado no Residencial Damha 2: a) a devolução dos valores pagos; b) o reembolso dos valores gastos para a reposição dos materiais de construção perdidos; c) o reembolso dos valores pagos para a remoção dos entulhos deixados no local da obra. A inicial veio acompanhada de documentos.

Pedido de emenda da inicial as fls. 37/45, recebido a fl. 46.

Novo pedido de emenda da inicial as fls. 65/75, no qual foi incluído no polo passivo a Sra. **SANDRA MASSAE KAIBARA** sob a alegação de que ela firmou contrato de prestação de serviços com a autora e que não cumpriu várias das obrigações assumidas. Requer a condenação da corré: a) ao pagamento de indenização nos valores necessários à alteração da construção para que respeite o limite de recuo obrigatório; b) ao pagamento de indenização referente muros do imóvel, janela "B-window", hidráulica do banheiro da suíte e mau cheiro no banheiro de visitas; c) à entrega da ART da obra. Com relação ao corréu Joel foram mantidos os mesmos pedidos anteriormente formulados, com o acréscimo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

do pedido de reembolso dos valores pagos pela autora para reparos e verniz no forro de madeira no valor de R\$ 1.200,00. Por fim, foi formulado pedido de condenação dos réus nos demais danos que forem constatados através de trabalho pericial no imóvel.

O novo pedido de aditamento foi recebido a fl. 219.

Os réus foram citados a fl. 226.

As partes apresentaram contestações na audiência de conciliação. O corréu Joel alegou que não recebeu a última parcela do valor dos seus serviços de R\$ 1.562,50. Disse que realizou vários serviços além dos que foram contratados e requereu a condenação da autora ao pagamento da quantia de 9.562,50 (fls. 228/229). Juntou documento. A corré Sandra refutou os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, sustentando ainda a decadência do direito da autora (fls. 232/240). Juntou documentos. Foi apresentada réplica as fls. 229/231.

Despacho saneador as fls. 271/274, no qual foi determinada a produção das provas pericial e oral.

As partes prestaram depoimentos pessoais as fls. 279/307v°.

Juntada de laudo pericial as fls. 323/337, e manifestação das partes as fls. 346/347 e 349/351.

Determinou-se a elaboração de laudo complementar as fls. 362/363, apresentado as fls. 364/368, possibilitando-se manifestação das partes (fls. 372/374 e 375).

Alegações finais as fls. 380/381 e 383/386.

Pela decisão de fls. 388/388v° o julgamento do feito foi convertido em diligência para a produção da prova testemunhal.

Audiência de instrução as fls. 397/403.

Nova conversão do julgamento em diligência a fl. 457.

Novas alegações finais as fls. 465/469 e 471/472.

É o relatório. Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Deve ser aceita a alegação de decadência em relação à corré Sandra (fls. 237/238), ainda que por fundamento diverso do invocado, considerando que é aplicável ao presente caso o Código Civil e não o Código de Defesa do Consumidor.

No aditamento à inicial de fls. 65/75, a autora afirmou que firmou o contrato de prestação de serviços com a corré Sandra em 2008 e que após essa última abandonar a obra se viu obrigada a firmar novos contratos para a continuidade da construção em 06 e 09 de junho de 2009.

Em réplica à contestação a autora sustentou que reclamou tempestivamente dos vícios na prestação dos serviços, inclusive através da notificação constante as fls. 214/217, formulada em outubro de 2010.

Basta uma simples leitura dos vícios elencados 66/67 para se concluir que são aparentes e de fácil constatação, tendo sido a notificação formulada após o decurso de mais de 1 ano previsto no art. 445 do Código Civil, operando-se a decadência.

No que se refere ao corréu Joel, é o caso de procedência parcial dos pedidos.

Os serviços contratados junto ao corréu Joel estão descritos a fl. 10, da cláusula 1, itens 1 a 14.

O laudo técnico de fls. 323/330 apontou vícios existentes na construção.

A complementação ao trabalho técnico as fls. 364/368 indicou a existência de problemas decorrentes da má execução dos serviços contratados junto ao corréu Joel.

A testemunha arrolada pela autora, Robson Roberto de Carvalho, disse que começou a trabalhar na obra após a saída do corréu Joel e que quando assumiu a obra, cerca de 75% dos serviços já estavam prontos. Esclareceu que parte do serviço de pintura foi refeito (fl. 398).

Luiz Carlos Toledo, testemunha arrolada pela autora, confirmou que quando foi contratado, a obra já tinha de 70% a 75% concluída e que foi preciso


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

desmanchar e refazer a calçada por conta das posturas do Condomínio (fl. 400).

De acordo com a testemunha Robson, apenas parte dos serviços de pintura necessitou de correções e conforme o depoimento prestado pela testemunha Luiz Carlos, a calçada necessitou ser refeita por contas de exigências do Condomínio.

Desta forma, concluo que o corréu Joel executou 70% dos serviços que foram contratados as fls. 10/11, o que equivale a R\$ 21.000,00, de acordo com as próprias testemunhas arroladas pela autora, em que pese o laudo pericial produzido nos autos, tendo recebido a maior a quantia de R\$ 7.437,50, considerando o valor total pago incontroverso de R\$ 28.437,50.

Deixo de determinar a condenação do corréu Joel em relação à reposição dos supostos materiais perdidos, em razão da ausência de indicação específica na inicial e de prova neste sentido.

Também por falta de provas, rechaço a condenação no que se refere aos gastos para a remoção dos entulhos.

Ainda, diante dos depoimentos prestados pelas testemunhas arroladas pela autora e por ter sido determinado o abatimento do valor correspondente a 30% dos serviços contratados, deixo de acolher o pedido de reembolso no que toca ao reparo de verniz e forro de madeira.

Por fim, não deve ser acolhido o pedido contraposto formulado pelo corréu Joel, em razão da ausência de provas da prestação dos alegados serviços além dos que foram contratados.

Pelo exposto, e o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulado contra o corréu Joel, com amparo no artigo 487, I do Código de Processo Civil apenas para condenar o corréu Joel a reembolsar à autora a quantia de R\$ 7.437,50, com atualização monetária da quantia desde 02/10/2009 (data em que foi realizado o último pagamento ao corréu Joel – fl. 15) e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação, sendo **IMPROCEDENTES** os demais pedidos, inclusive o contraposto formulado pelo corréu Joel.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados em desfavor da corré Sandra, na forma do artigo 487, II do Código de Processo Civil.

Em razão da sucumbência recíproca entre a autora e o corréu Joel, as partes responderão proporcionalmente pelo pagamento das custas e despesas processuais. Os honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00, com fundamento no artigo 85, § 8º do CPC, deverão ser pagos por elas aos patronos da parte contrária, observada, se for o caso, a regra prevista no art. 98, parágrafo 3.º, do mesmo Código.

Diante do reconhecimento da decadência, responderá ainda a autora pelo pagamento das custas e despesas processuais desembolsadas pela corré Sandra e honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00, com fundamento no artigo 85, § 8º do CPC, que deverão ser pagos ao patrono(a) da corré Sandra.

P.I.

São Carlos, 29 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA